


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011722-31.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Eduardo Lima**
 Requerido: **Banco Santander Sa**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de indenização por danos morais que o réu lhe teria causado.

Alegou que foi cientificado da existência de uma dívida para com o réu resultante da utilização de cartão de crédito, mas ressaltou que nunca sequer solicitou serviço dessa natureza.

Alegou ainda que posteriormente soube que o aludido débito teria sido contraído em Brasília, lugar em que jamais esteve.

Salientou que explicou a situação ao réu, mas ele mesmo assim promoveu sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito, a qual foi excluída somente após algum tempo.

Ressaltou que esse episódio lhe trouxe outros problemas, inclusive com a não renovação do limite de sua conta precisamente porque fora negativado.

O réu em contestação não impugnou como seria de rigor os fatos articulados pelo autor.

Asseverou que não haveria restrição contra o mesmo e que ele não teria demonstrado de forma alguma os danos morais que teria sofrido.

0011722-31.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

O documento de fl. 43, amealhado pelo réu, demonstra somente que em agosto p.p. não pesava contra o autor qualquer negativação junto à SERASA, mas o documento de fl. 26 deixa claro que o réu levou a cabo inscrição dessa natureza, retirando-a em abril p.p.

O réu não negou tal fato e muito menos se voltou contra o documento que o cristaliza.

Como se não bastasse, o réu de igual modo não refutou os demais fatos que alicerçaram a pretensão deduzida, inclusive a não renovação do limite da conta do autor precisamente em decorrência da negativação assinalada.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, a simples negativação do autor já seria suficiente para acarretar-lhe danos morais passíveis de ressarcimento, consoante pacífica orientação jurisprudencial:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Ademais, esse fato teve consequências ao autor, como a não renovação do limite de sua conta, de sorte que resta plenamente configurado o dano moral perpetrado pelo réu.

O que se viu vai muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, fazendo jus o autor ao recebimento da indenização pleiteada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

O valor dela, porém, não haverá de ser o proclamado pelo autor, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA